

O ARTESANATO COMO ELEMENTO IMPULSIONADOR NO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM MUNICÍPIOS BRASILEIROS

THIAGO DE SOUSA SANTOS¹

RESUMO: O presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica abordando o artesanato como impulsionador para o desenvolvimento local em municípios brasileiros, que têm a atividade artesanal como característica regional. Verificou-se que o artesanato é uma atividade que pode ser analisada nas suas dimensões histórica, econômica, social, cultural e ambiental, possuindo assim, elevado potencial de ocupação e geração de renda no país, aliado a riqueza cultural e a forte vinculação com o setor de turismo. A atividade vai ao encontro das propostas conceituais do desenvolvimento local, mostrando-se como uma alternativa sustentável e até mesmo estratégica no crescimento econômico de certas localidades. No entanto, é necessário que políticas públicas sejam desenvolvidas a fim de fomentar a atividade de forma a organizar os artesãos capacitando-os e preparando-os para uma atuação ativa como elemento impulsionador do desenvolvimento local.

PALAVRAS CHAVE: Desenvolvimento Local, Artesanato, Identidade Cultural.

INTRODUÇÃO

Em diversas partes do mundo, a busca por melhores condições de vida, associada à desconstrução da noção de desenvolvimento estritamente econômico (pela qual se baseia a maioria dos países), leva as sociedades a repensarem sobre quais outros caminhos podem ser traçados de modo a romper, ou ao menos amenizar, com as discrepâncias sociais que assolam parte significativa da população mundial, especialmente nas regiões periféricas. Representantes públicos e órgãos de fomento, por sua vez, passam a apoiar e a incentivar práticas voltadas para o associativismo e para a cooperação entre empresas, governos e grupos de pessoas. O estímulo ao artesanato e ao turismo configura-se, portanto, como alternativa recorrente em projetos relacionados ao desenvolvimento local, na medida em que possibilitam não apenas a inserção como a reinserção de áreas ‘estagnadas’, como também podem viabilizar o resgate da cidadania e da auto-estima dos chamados ‘excluídos’ (OLIVEIRA, 2007).

A importância crescente de análise sobre desenvolvimento local encontra-se, hoje, em inúmeros estudos tanto em âmbito nacional quanto internacional. A construção dos conceitos de desenvolvimento local, e políticas públicas é um processo amplo e de debate permanente, como nova maneira de promover o desenvolvimento, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, com capacidade de suprir suas necessidades mais imediatas, e de incrementar o intercâmbio externo por meio de ações comunitárias conjuntas. Para tanto, se fez necessário conhecer o perfil da comunidade estudada, pois sem conhecer a comunidade em questão, bem como sua realidade, se tornaria difícil visualizar os caminhos a serem seguidos (ALCADE et al. , 2007).

A reflexão sobre o desenvolvimento local desdobra-se em duas frentes a saber: uma de reprodução da lógica capitalista em escala localizada (tradicional) e outra de tentativas contra-hegemônicas (solidárias) (MARTINS & CALDAS, 2009). O produto artesanal permite atender a estas duas frentes de maneira simultânea, e assim, contribuir como estratégia para o desenvolvimento local.

No processo evolutivo da raça humana, a atividade econômica deve ser examinada como etapa inicial. Sem trabalho, o homem não avança sequer um palmo na via esplendida do progresso. E foram as mãos que abriram o caminho para a longa e vitoriosa jornada que ainda prossegue.

A história do artesanato teve início no mundo com a própria história do homem, pois a necessidade de se produzir bens de utilidades e uso rotineiro, expressou a capacidade criativa e produtiva como forma de trabalho (LAMPEN, 2001). De acordo com Digby (2007), a principal e mais importante característica do trabalho artesanal é o fato dele ser resultante de um trabalho executado

¹ Mestrando em Administração, PPGA/UFLA, t.ss@ig.com.br

pelas mãos, com sensibilidade, perícia e cuidado. A atividade é a precursora de processos industriais, trazendo no seu âmago tradição e inovação, preservando memória, e paralelamente, promovendo mudanças contínuas no modo de viver das pessoas.

Possuindo elevado potencial de ocupação e geração de renda no Brasil, o setor posiciona-se como um dos eixos estratégicos de valorização e desenvolvimento dos territórios, razão pela qual vem ganhando destaque crescente no conjunto das estratégias de atuação empreendidas tanto pelo setor público quanto privado. Num cenário no qual a busca crescente, por parte dos consumidores, de produtos diferenciados e originais, o Artesanato emerge como uma contrapartida à massificação e uniformização de produtos globalizados, promovendo o resgate cultural e a identidade regional.

Cabe destacar, ainda, os benefícios gerados pela forte vinculação observada entre os setores de Artesanato e do Turismo, mediante a inserção do artesão e seu local de produção nos roteiros turísticos, além da implantação de estratégias integradas, tais como a comercialização de produtos regionais em pontos turísticos e a ambientação de hotéis e restaurantes, com produtos artesanais evidenciando a identidade cultural local.

O artesanato possui ainda, um forte impacto na construção de uma identidade local, e que como vem expressar a arte e suas diversas formas, contribui para caracterizar uma identidade cultural local. Ao analisar cultura e identidade, Cucho (1999) afirma que as grandes interrogações sobre a identidade remetem freqüentemente à questão da cultura. O mesmo autor defende que todo grupo é dotado de uma identidade que corresponde à sua definição social, definição que permite situá-lo no conjunto social.

Partindo desta análise, o objetivo central deste estudo é analisar através de uma pesquisa bibliográfica a importância da atividade artesanal como um elemento impulsionador para o desenvolvimento local.

A ATIVIDADE ARTESANAL

A produção artesanal acompanha o homem em sua história, sendo melhor estruturada como segmento de trabalho na Idade Média, quando a produção concentrava-se nas mãos dos artesãos que posteriormente se uniram para suprir necessidades latentes do mercado de trabalho e consumo, configurando numa forma de trabalho cooperado.

Pereira (1979), estudioso do artesanato, discorre em diferentes trabalhos sobre as questões que envolvem o artesanato, alertando sobre a dificuldade em conceituá-lo, pois o termo é vago e impreciso para definir o artesanato enquanto sistema de produção. Na tentativa de classificá-lo enquanto atividade de produção de bens, o autor interpõe o artesanato entre a “Arte Popular” e a “Pequena Indústria”, permutando características e manifestações entre uma e outra. Segundo o autor o artesanato constitui um sistema de produção à parte da indústria, porém com ela vai se confundindo ou sendo confundido fazendo surgir termos como “artesanato industrial” ou “indústria artesanal” (PEREIRA, 1979).

De acordo com Gullar (1994), apesar de o trabalho artesanal ser visto como atividade inferior desde a Antiguidade, a efetiva distinção entre arte e artesanato trata-se de um fenômeno moderno que tem seu início no Renascimento, na divisão de trabalho (artistas e artesãos) que se estabelece nas equipes de construção de igrejas medievais, uma vez que esta proporciona condições ao aparecimento do artista individual. Para o autor, quando esta figura deixa o canteiro de obras e passa ter o ateliê próprio pode prescindir da encomenda e criar à espera de um futuro comprador. O autor define que “uma das características do artesanato, em contraposição à arte então nascente, é que esta se caracteriza pela busca de novas formas e estilos, enquanto o artesanato é conservador e repetitivo” (GULLAR, 1994).

O artesanato é uma atividade que pode ser analisada nas suas dimensões histórica, econômica, social, cultural e ambiental. Através do artesanato, o homem satisfaz e ainda satisfaz demandas essenciais e acessórias do seu meio social e econômico, no tocante à obtenção de bens manufaturados. Pereira (1979) enfatiza que, para ser eficientemente compreendido, o artesanato não pode ser apenas encarado como um conjunto de técnicas e processos dirigidos à produção de bens

manufaturados, mas na reciprocidade das relações com o meio em que se expande, ou seja, dentro do contexto cultural que, num determinado momento geram as condições que lhe dão origem e existência.

A riqueza cultural se expressa em muitas e diferentes manifestações, algumas delas de caráter inovador, seja porque são singulares, não aparecendo em nenhuma outra região do país, seja porque assumem na região aspectos peculiares, em consonância com as especificidades da tradição e dos hábitos locais. O artesanato é um típico exemplo nessa direção (DINIZ & DINIZ, 2007).

Pode-se dizer que muitos materiais e técnicas surgiram da adaptação dos grupos ao meio ambiente e em decorrência de sua organização social. Segundo Canclini (1982) tais materiais e técnicas estão em constante readaptação frente às condições econômicas e culturais, aos estímulos e recursos disponíveis. Cândido (1987) reforça essa colocação ao dizer que “*para cada sociedade, num determinado momento, há uma equação necessária entre o ajuste ao meio e a organização social*”.

Para D’Ávila (1984), o artesanato está diretamente ligado à questão do emprego, como solução de curto prazo para os países em desenvolvimento. O estímulo à produção artesanal requer baixos investimentos, dando chances a uma imensa parcela da população à participação econômica efetiva. Para o autor a importância do processo de produção artesanal reside ainda no resgate de valores humanos - habilidades pessoais, subjetividade, criatividade, liberdade de produção, autonomia, beleza – em contraposição aos processos industriais – de mecanização e automação. O autor ressalta o alto valor agregado do produto artesanal, e sua condição para penetrar em países onde os produtos manufaturados têm o melhor mercado (D’ÁVILA, 1984).

O artesanato para os segmentos populares se baseia na experiência vivida e transmitida de geração para geração. A tradição familiar tem enorme peso no processo criativo. Pertencer a uma família de artistas ou crescer em meio artesanal é, geralmente, um meio de não só “dar continuidade à categoria”, mas manter os vínculos afetivos, a memória, as trocas simbólicas e os elos de solidariedade e dom necessários à gestão do cotidiano de cada artesão (DIAS, 2003).

Cabe destacar, ainda, os benefícios gerados pela forte vinculação observada entre os setores de artesanato e do turismo, mediante a inserção do artesão e seu local de produção nos roteiros turísticos, além da implantação de estratégias integradas, tais como a comercialização de produtos regionais em pontos turísticos e a ambientação de hotéis e restaurantes, com produtos artesanais evidenciando a identidade cultural local. Moesch (2002) afirma que o turismo é uma complexa combinação de interrelacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integra-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sócio-cultural gera um fenômeno recheado de objetividade/subjetividade, consumido por milhões de pessoas, como síntese: o produto turístico. De acordo com Casasola (2003), o campo do artesanato e das artes populares são os que têm maior repercussão na atividade turística.

Constata-se que o artesanato é um atrativo que compõe o produto turístico pertinente ao turismo cultural, e que, portanto, deve ser explorado com responsabilidade em todos os seus aspectos, para que este seja para os seus consumidores, não só um objeto comum, mas uma recordação típica do local visitado.

DESENVOLVIMENTO LOCAL

Primeiramente, vale levantar aspectos importantes para o entendimento de desenvolvimento. Em um sentido amplo, desenvolver consiste em “um processo de aperfeiçoamento em relação a um conjunto de valores ou uma atitude comparativa com respeito a esse conjunto, sendo esses valores condições e/ou situações desejáveis para a sociedade” (BORBA, *apud* COCCO, 2001). Destaca-se também como um processo sustentado de crescimento, que possibilite maior geração de valores econômicos e de mudança estrutural e que favoreça a distribuição de riquezas entre os mais variados estratos sociais e regiões (FERRAZ, CROCCO & ELIAS, 2003). Desta forma, para avaliar o desenvolvimento, devem ser consideradas, também, as variáveis políticas, tecnológicas, ambientais e de qualidade de vida da população, refletindo o progresso das sociedades, em uma escala maior e multissetorizada, e não apenas ressaltar a sua dimensão econômica (OLIVEIRA, 2007).

Já se tratando do desenvolvimento endógeno, pode se entender como a capacidade de uma

determinada sociedade para adquirir certo domínio sobre o seu desenvolvimento. Isto não implica um controle centralizado governamental, senão por permitir que indivíduos e grupos de indivíduos assumam seu papel de atores do desenvolvimento, negociando interesses individuais e coletivos. A promoção da autonomia de comunidades locais organizadas para que elas tenham gerência efetiva do seu próprio desenvolvimento local é uma das prerrogativas do ecodesenvolvimento (FERNANDES & SAMPAIO, 2006).

No artesanato também é possível identificar tal autonomia. No entanto, não se trata de uma autonomia política com características de movimentos de tipo nacionalista (isolamento) ou autárquico (centralismo e auto-suficiência), mas sim de preservar uma identidade local que se concilia com estruturas políticas, institucionais e culturais mais amplas. Em detrimento dessa autonomia e de singularidade local, não se justifica aplicar modelos de desenvolvimento miméticos, de um local para outro, sem antes adaptá-los a cada realidade. O desenvolvimento endógeno estimula, assim, a articulação dos mais diversos segmentos da sociedade local para descobrir as soluções dos principais problemas que são inerentes àquela comunidade (GODARD ET AL., 1987).

O desenvolvimento está vinculado à noção de modelo territorial, cuja compreensão é um dos objetivos da análise territorial e de ordenação do território, visando compreender as formas de ocupação e utilização do espaço. Há, assim, uma impactação em duplo sentido dos territórios e dos modelos de desenvolvimento, pelos atributos ou carências dos territórios e pelas estratégias de desenvolvimento implementadas.

A idéia de local, pode ser entendida como um município, parte de município, um conjunto de municípios, um estado (UF) ou mesmo uma região. A esfera local é o campo prioritário da ação política, muitas vezes desdobrando-se no que Vitte (2006) denomina de *patriotismo de cidade*, ou seja, uma pretensa capacidade *extraordinária* dos governos locais de cumprir, de maneira mais eficaz e eficiente, as funções até então tradicionais aos governos nacionais, como as de acumulação e de legitimação.

Numa análise de diversas experiências de desenvolvimento local, passou-se a observar que fatores antes considerados secundários ao crescimento e com forte diferenciação *local* eram importantes na explicação do sucesso de certas localidades. Esses fatores, quando estimulados, permitiam melhorar a produtividade e possibilitavam uma melhor distribuição de renda (AMARAL FILHO, 1996).

O desenvolvimento local surge enquanto estratégia alternativa para um desenvolvimento mais humano e social, defendido por diversos autores em escala mundial. O local ou região, como acreditam alguns, tem se configurado como a escala espacial descentralizada da territorialidade global. Este deve integrar, ainda, as instâncias de controle, de poder e de estratégias. Dessa forma, o papel do desenvolvimento local tem sido alvo de um intenso debate multidisciplinar face à necessidade de uma nova concepção de desenvolvimento econômico, tendo-se em vista as conseqüências perversas e excludentes inerentes ao processo de globalização.

O ARTESANATO COMO IMPULSIONADOR

A discussão do papel dos municípios brasileiros na promoção do desenvolvimento aponta para o crescimento de suas responsabilidades em relação às iniciativas voltadas para a melhoria das condições de vida e à busca de soluções dos problemas urbanos e, enfim, da gestão local.

A partir dos anos 1990, convive-se no Brasil com muitas inovações e transformações nas gestões das cidades, quando comparadas com décadas anteriores recentes, ao mesmo tempo em que práticas tradicionais ainda persistem (VITTE, 2006).

No Brasil o artesanato é comercializado em diversas regiões. É possível encontrar produção artesanal diversificada, feita com matérias-primas regionais e com técnicas específicas que variam de acordo com a cultura e o modo de vida do povo de cada localidade. Essas referências regionais são muito valorizadas por um mercado externo globalizado, e cada vez mais aberto a produtos diferenciados que retratem a origem e a história do povo que os produz (DINIZ & DINIZ, 2007).

A produção artesanal, segundo Oliveira (2007), não só contribui na melhoria da condição de vida das famílias, como também contribui para um desenvolvimento sustentável de regiões com

potencial produtivo e que muitas vezes se encontravam marginalizadas e sem perspectiva alguma. Nesse sentido, o artesanato que é fortemente ligado ao setor de turismo, poderá ser utilizado como impulsionador do desenvolvimento local.

O artesanato afirma-se cada vez mais como uma componente essencial do desenvolvimento das regiões, dos territórios GULLAR (1994). O setor é, hoje, reconhecido, pelas suas potencialidades, como impulsionador do desenvolvimento a várias escalas, sendo múltiplos e de grande visibilidade os seus impactos, diretos e indiretos. Para além do valor cultural, histórico e patrimonial que lhe é inerente, o artesanato interfere nos tecidos econômicos e sociais, como fonte de rendimento e de emprego e é um fator de ligação das populações com o seu território.

Um fator de extrema importância para o desenvolvimento local, para Kashimoto et al. (2002), é a cultura popular local na medida em que por ser oriunda das relações entre a comunidade do lugar e o seu meio (natural e social) permite a configuração da Identidade do Lugar e de sua população. Afirma assim que a valorização da cultura popular contribui para que a sociedade fortaleça a individualização e a auto-estima diante do “outro”, numa busca de desenvolvimento originário de sua própria criatividade e conforme os seus valores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É interessante constatar que quanto mais se consolida o processo de globalização, mais as pessoas estão resgatando o espaço local e buscando melhorar as condições de vida no seu entorno imediato. Desta forma, promover o desenvolvimento local não significa ignorar os processos mais amplos, e sim, significa utilizar as diversas dimensões territoriais segundo os interesses da comunidade.

Assim, temas como a valorização das potencialidades e das identidades sócio-culturais e ambientais locais, forças sinérgicas, iniciativas de economia solidária, construção e formação da cidadania, são retomados e reconstruídos em novos contextos. Tais elementos constituem a base do desenvolvimento local que, aliado à necessidade de configuração de novos atores sociais e novas territorialidades, pretende delinear outro tipo de estratégia política e econômica, mais humanitária e equitativa.

Portanto, o renascimento dos meios locais e regionais como lugares da organização econômica, cultural e política oferece novas e inesperadas possibilidades para a renovação da vida em sociedade. É assim a nova visão da gestão da política local, no novo contexto global, na qual a democracia e a cidadania adquirem um novo sentido no contato da sociedade local. A criação de novas entidades locais e de novas ações democráticas está em perspectiva. Uma nova visão de desenvolvimento surge baseada na sustentabilidade e na solidariedade como recursos específicos, uma ferramenta possível de edificar comunidades e sociedades locais democráticas mais equilibradas e menos desiguais. Nesse sentido, o artesanato pode ser consolidado e reconhecido como expressão da identidade histórico-cultural de determinada região, e contribuir como elemento impulsionador para desenvolvimento local.

BIBLIOGRAFIA

ALCADE, E. A.; LE BOURLEGAT, C. A.; CASTILHO, M. A. O papel dos agentes na comunidade de artesãos em Três Lagoas-MS, como instrumentos impulsionadores do desenvolvimento local. **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. vol. 8, n. 2. set. 2007.

AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. Planejamento e Políticas Públicas. **IPEA**, Brasília, n.14. 1996.

CANCLINI, N.G. As culturas populares no capitalismo. **Brasiliense**, São Paulo, 1982.

CÂNDIDO, A . Os parceiros do Rio Bonito. **Livraria Duas Cidades**, São Paulo, 1987.

XIX CONGRESSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UFLA
27 de setembro a 01 de outubro de 2010

CASASOLA, L. Turismo e Ambiente. **Roca**. São Paulo, 2003.

COCCO, G.; GALVÃO, A. P. Sobre a 'tropicalização' do desenvolvimento local: algumas reflexões a respeito do modelo italiano. In: SILVEIRA, C. M. & COSTA REIS, L. **Desenvolvimento local - dinâmicas e estratégias**. Rio de Janeiro, 2001.

CUCHE, D. A noção de cultura nas ciências sociais. Trad. Viviane Ribeiro. **EDUSC**, Bauru, 1999.

D'AVILA, J. S. O artesão tradicional e seu papel na sociedade contemporânea. In RIBEIRO, B. (Org.). O artesão tradicional e seu papel na sociedade contemporânea. **FUNARTE**. Rio de Janeiro, 1984.

DIAS, M. E. B.; As Areias Coloridas do Litoral Cearense Modeladas por Sábias Mãos. **O público e o privado**, n.2. 2003.

DIGBY, S. Export industries and handicraft production under the Sultans of Kashmir. **Indian Economic and Social History Review** [S.I.], v. 44, n. 4, p. 407-423, Oct-Dec 2007.

DINIZ, M. B.; DINIZ, M. J. T. Arranjo produtivo do artesanato na Região Metropolitana de Belém: uma caracterização empírica. **Novos Cadernos NAEA**. v.10, n.2 . 2007.

FERNANDES, V. SAMPAIO, C. A. C. S. Formulação de Estratégias de Desenvolvimento baseado no conhecimento local. **RAE-eletrônica**, São Paulo, v. 5, n. 2, art. 11. 2006.

FERRAZ, J. C., CROCCO, M. & ELIAS, L. A. Liberalização Econômica e Desenvolvimento. **Futura**. São Paulo, 2003.

GODARD, O.; CERON, J. P.; VINAHER, K.; PASSARIS, S. Desarrollo endogeno y diferenciación de espacios de desarrollo. **Estudios Territoriales**, n. 24, p. 135-147. 1987.

GULLAR, Ferreira. O artesanato e a crise da arte. **Revista de Cultura e Vozes**, Petrópolis, s.n, v. 88, n. 4, p. 7-12, 1994.

KASHIMOTO, E.; MARINHO, M. e RUSSEF, I. Cultura, identidade e desenvolvimento local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento. In: **Interações- Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. p. 35-42. 2002.

LAMPEN, A. Handcraft in Europe. From the late Middle Ages to the early modern period. **Zeitschrift Fur Historische Forschung** [S.I.], v. 28, n. 4, p. 595-598, 2001.

MARTINS, R. D. A.; CALDAS, E.L. Visões do Desenvolvimento Local: uma análise comparada de experiências brasileiras. Interações - **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 10, n.2, 2009.

MOESCH, M. A. Produção do Saber Turístico. **Contexto**. São Paulo, 2002.

OLIVEIRA, C. D. **As relações artesanais e o estímulo ao desenvolvimento local no Brasil, em Gouveia-MG e outras diferentes escalas**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

PEREIRA, C. J. C. Artesanato: definições, evolução e ação do Ministério do Trabalho; o programa nacional de desenvolvimento do artesanato. **MTB**, Brasília, 153 p., 1979.

XIX CONGRESSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UFLA
27 de setembro a 01 de outubro de 2010

VITTE, C. C. S.; Gestão do Desenvolvimento econômico Local: algumas considerações. Interações - **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v. 8, n. 13. 2006.